

Concurso Público

IF FARROUPILHA • 2016

DOCENTES

Economia



Nome do candidato

Por favor, abra somente quando autorizado.

INSTRUÇÕES GERAIS

1. A prova terá, no máximo, 4 (quatro) horas de duração, incluído o tempo destinado à transcrição do gabarito na Folha de Respostas.
2. Este caderno contém **40** questões de múltipla escolha, assim distribuídas:
Prova de Legislação, com **20** questões, numeradas de **01** a **20**.
Prova de Conhecimentos Específicos, com **20** questões, numeradas de **21** a **40**.
3. Cada questão apresenta 5 alternativas, de **(a)** a **(e)**. O candidato deverá lê-las, atentamente, antes de responder a elas.
4. Caso o Caderno esteja incompleto ou com defeito, o candidato deverá solicitar ao aplicador, durante os primeiros 20 minutos, as providências cabíveis.
5. Nenhuma folha poderá ser destacada, durante a realização das provas, exceto a destinada para anotação na Folha de Respostas (rascunho).
6. O candidato deverá passar o gabarito para a Folha de Respostas, utilizando caneta esferográfica azul ou preta.
7. O candidato deverá entregar ao aplicador este caderno de questões e a Folha de Respostas, identificada com nome e número de inscrição.
8. O candidato só poderá se retirar do recinto, após 1 (uma) hora, contada a partir do efetivo início da prova.
9. O gabarito e a relação de candidatos aprovados serão divulgados no sítio **concursos.fundacaocefetminas.org.br**.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 01

A Prefeitura de Santa Maria, objetivando aumentar a arrecadação do município, decide vender alguns de seus bens móveis, considerados inservíveis para a administração pública. A modalidade de licitação mais apropriada para proceder com essas alienações é o(a)

- a) leilão.
- b) convite.
- c) concurso.
- d) concorrência.
- e) tomada de preços.

QUESTÃO 02

Na Lei n.º 10.520/02, que regulamenta a modalidade de licitação, denominada pregão,

- a) para obras e serviços de engenharia, é admitido apenas em sua forma presencial.
- b) é exigida a aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.
- c) os licitantes poderão recorrer em dois momentos: após a etapa de classificação de propostas e após a fase de habilitação.
- d) a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio.
- e) a convocação dos interessados será efetuada por meio de fixação, em local apropriado, de cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

QUESTÃO 03

Uma instituição pública verificou a necessidade de aquisição de equipamentos cuja soma equivale, aproximadamente, a cinco mil reais no intuito de aprimorar as atividades dos servidores de um determinado setor. Considerando que existem várias empresas no mercado capazes de ofertar esses equipamentos, e que os mesmos serão adquiridos em uma única parcela até o término do presente exercício, a forma mais célere para essa aquisição, dentro dos parâmetros da legalidade, é o(a)

- a) concurso.
- b) concorrência.
- c) tomada de preços.
- d) dispensa de licitação.
- e) inexigibilidade de licitação.

QUESTÃO 04

Na Lei n.º 8.666/93,

- a) a fase de habilitação está presente em todas as modalidades de licitação.
- b) a homologação do certame é uma das atribuições da comissão de licitação.
- c) a publicação do resumo do edital, em jornais de grande circulação no Estado, é condição indispensável para configuração da legalidade da licitação.
- d) o licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato poderá fazê-lo injustificadamente sem se sujeitar às penalidades legais, uma vez que ainda não formalizou vínculo com a administração pública.
- e) é dispensável a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

QUESTÃO 05

NÃO é uma sanção prevista ao contratado pela inexecução total ou parcial do contrato com a Administração a

- a) advertência.
- b) cassação do registro no cadastro nacional de pessoas jurídicas.
- c) multa na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

QUESTÃO 06

NÃO é dever do servidor público,

- a) guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- b) manter conduta compatível com a moralidade administrativa.
- c) zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.
- d) atender com presteza as requisições para a defesa da Fazenda Pública.
- e) cumprir as ordens superiores independentemente de sua legalidade, em virtude do respeito à hierarquia.

QUESTÃO 07

Na Lei Federal n.º 8.112/90,

- a) a acareação é uma fase do processo disciplinar.
- b) é vedada aos servidores a dedicação em tempo integral aos seus trabalhos intrínsecos à comissão de sindicância.
- c) o cônjuge do acusado poderá participar de comissão de sindicância, desde que exerça suas funções em consonância com os princípios da administração pública, em especial a imparcialidade.
- d) o prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- e) o processo disciplinar é o instrumento judicial destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

QUESTÃO 08

A investidura do servidor, em cargo de atribuições e de responsabilidades compatíveis com a limitação, que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica, é denominada de

- a) reversão.
- b) remoção.
- c) recondução.
- d) substituição.
- e) readaptação.

QUESTÃO 09

O Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais determina que

- I- durante o estágio probatório, o servidor, nomeado para cargo de provimento efetivo, ficará sujeito à capacidade de iniciativa e disciplina como de fatores a serem avaliados.
- II- a posse em cargo público independerá de prévia inspeção médica oficial.
- III- não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.
- IV- o concurso público terá validade de até 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) I, II, III e IV.

QUESTÃO 10

No Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais,

- a) o apostilamento é uma forma de provimento de cargo público.
- b) é proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.
- c) a investidura em cargo público ocorrerá no momento da aprovação no concurso.
- d) o nível superior de escolaridade é um requisito básico para investidura em cargo público.
- e) o servidor habilitado em concurso público adquirirá estabilidade quando empossado em cargo de provimento efetivo.

QUESTÃO 11

No que se refere aos adicionais de insalubridade, periculosidade ou atividades penosas, previstas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais,

- a) o adicional de insalubridade será devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira.
- b) a legislação brasileira veda a atuação de servidores públicos em operações que envolvam substâncias radioativas.
- c) desde que faça jus, o servidor poderá receber, concomitantemente, os adicionais de insalubridade e de periculosidade.
- d) ainda que eliminadas as condições ou os riscos que deram causa aos adicionais de insalubridade e de periculosidade, o servidor tem direito a recebê-los por mais 24 (vinte e quatro) meses.
- e) a servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e dos locais insalubres, penosos e perigosos, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.

QUESTÃO 12

Baseando-se na Constituição Federal de 1988, relacione os termos presentes no texto legal às suas respectivas correspondências.

1. Brasileiros natos () os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
2. Brasileiros naturalizados () os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigida aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- () os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer um deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- () os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

() os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

A sequência correta é

- a) 2, 1, 2, 1, 1.
- b) 1, 2, 1, 1, 2.
- c) 1, 2, 2, 2, 1.
- d) 2, 1, 1, 2, 2.
- e) 1, 1, 2, 1, 2.

QUESTÃO 13

Conforme a Constituição Federal de 1988, **NÃO** é um direito ou garantia prevista a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país:

- a) Direito de herança.
- b) Direito de propriedade.
- c) Assistência judiciária gratuita.
- d) Salário nunca inferior ao mínimo.
- e) Acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

QUESTÃO 14

No que se refere à acumulação remunerada de cargos públicos, prevista na Constituição da República,

- a) quando houver compatibilidade de horários, é admitida a acumulação remunerada de três cargos de professor.
- b) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, independentemente da compatibilidade de horários e dos cargos.
- c) é admitida a acumulação remunerada de cargos públicos, independentemente da compatibilidade de horários e dos cargos.
- d) quando houver compatibilidade de horários, é admitida a acumulação remunerada de um cargo científico com outro técnico.
- e) quando houver compatibilidade de horários, é admitida a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro técnico ou científico.

QUESTÃO 15

De acordo com a carta magna, na fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos, observa-se

- I- a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
- II- o sexo, idade, cor e estado civil dos servidores, investidos no cargo.
- III- as peculiaridades dos cargos.
- IV- os requisitos para a investidura.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

QUESTÃO 16

Natália, autoridade competente de uma determinada instituição municipal, aceita suborno para assinar contrato superfaturado de uma obra pública. A conduta de Natália

- I- configura ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- II- configura ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- III- configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- IV- não configura ato de improbidade administrativa por ausência de previsão legal.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- a) IV.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

QUESTÃO 17

De acordo a Lei Federal n.º 8.429/1992,

- a) constitui ato de improbidade administrativa aquele que der publicidade aos atos oficiais.
- b) podem incorrer em improbidade administrativa somente os servidores ocupantes de cargo público.
- c) a suspensão da nacionalidade é uma das penas previstas pela prática dos atos de improbidade administrativa, de acordo com a gravidade do fato.
- d) o prazo de preclusão para propositura da ação de improbidade administrativa, no serviço público federal, é de dois anos após o cometimento do ato ímprobo.
- e) qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

QUESTÃO 18

Paulo César, autoridade competente de uma determinada instituição municipal, corriqueiramente desvia servidores, durante suas respectivas jornadas de trabalho, para prestarem serviços particulares à sua esposa. Considerando o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a conduta de Paulo César é

- a) permitida, desde que os servidores sejam devidamente remunerados por esse trabalho.
- b) vedada, uma vez que é proibido o desvio de servidor público para atendimento a interesse particular.
- c) vedada, uma vez que é proibido o exercício de atividade profissional, ligada a empreendimentos de cunho duvidoso.
- d) permitida, desde que os servidores compensem as horas despendidas nos serviços paralelos em suas jornadas de trabalho da função pública.
- e) vedada, uma vez que só é admitido o desvio de servidor público para atendimento a interesses particulares da própria autoridade competente, em caráter personalíssimo.

QUESTÃO 19

Tendo em vista o Decreto n. 1.171/94 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal), permite-se ao servidor público

- a) embriagar-se esporadicamente.
- b) o uso da função para obter favorecimento para seus familiares.
- c) alterar o teor de documentos que deva encaminhar para providências.
- d) deixar que interesses de ordem pessoal interfira no trato com o público.
- e) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance para atendimento do seu mister.

QUESTÃO 20

O acesso à informação de que trata a Lei n.º 12.527/2011 **NÃO** compreende os direitos de obter informação

- a) primária, íntegra, autêntica e atualizada.
- b) sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.
- c) pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos.
- d) contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos.
- e) referente a projetos de pesquisa e de desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

A década de 1960 foi marcada por conturbações de ordem políticas e econômicas. No campo econômico, foi registado o aumento da inflação que chegou a 79,9% no ano de 1963, a maior da história até então. Diante deste cenário, o governo militar, instalado em 1964, adotou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) que apresentava, entre seus objetivos, a contenção da inflação e a aceleração do desenvolvimento econômico. Entre as medidas adotadas pelo plano, destaca-se:

- a) Substituição da moeda de cruzeiro para cruzado.
- b) Criação da SEST (Secretaria Especial das Empresas Estatais) com intuito de controlar o déficit público.
- c) Congelamento de preços e de salários com o intuito de retirar a memória inflacionária dos agentes econômicos.
- d) Introdução da correção monetária, por meio de uma série de normas legais, no cálculo dos tributos e nos títulos públicos.
- e) Criação da Unidade Referencial de Preço (URP) para reajuste de salários dos três meses seguintes com base na média da inflação dos três anos anteriores.

QUESTÃO 22

A partir da década de 1930, a economia brasileira passou por uma ruptura política com o início da “Era Vargas (1930-195)”. Tal ruptura provocou a queda do Estado oligárquico para um Estado populista, voltado para as massas urbanas. No campo econômico, este processo significou a queda do sistema agrário exportador para um sistema chamado de “Processo de Substituição de Importação” (PSI). Entre as consequências do PSI, pode-se destacar, **EXCETO**:

- a) Fim da política de proteção ao setor agrário, especialmente o setor cafeeiro, com a ruptura da oferta de crédito e o fim por completo da política de estocagem e queima do café.
- b) Desenvolvimento de um setor industrial sem competitividade que provocou a elevação das importações de equipamentos, causando desequilíbrios na balança comercial.
- c) A rápida industrialização do sudeste, combinada a uma série de secas no nordeste, provocou um intenso fluxo migratório, tendo como principais destinos os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.
- d) Aumento da participação do Estado na economia com a criação de empresas estatais como a CSN, Vale do Rio Doce, e a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para financiar os investimentos de alto risco.
- e) Desenvolvimento do setor industrial em “etapas”. No qual a primeira rodada concentrou-se na produção de bens não duráveis, passando, posteriormente, para a produção de bens duráveis; a terceira focalizada na produção de bens intermediários e, por fim, a produção de bens de capital.

QUESTÃO 23

Analise as afirmativas abaixo, sobre as medidas adotadas no Plano Collor (1990), e marque **(V)** para verdadeiro ou **(F)** para falso.

- () O Plano Collor diagnosticou como causa do processo inflacionário brasileiro um problema de elevada liquidez dos haveres financeiros não monetários, desta forma, o objetivo do plano era romper com a indexação da economia.
- () Entre as reformas adotadas no plano, pode-se destacar a troca de moeda de cruzado novo para cruzeiro e o bloqueio dos recursos financeiros superiores a Cz\$50.000, depositados em poupança ou em conta corrente.
- () A criação de pacote fiscal que aumentava os impostos sobre produtos importados como gasolina, álcool, automóveis, com o intuito de diminuir a demanda e aumentar a arrecadação.

A sequência correta é

- a) V, V, F.
- b) V, F, V.
- c) F, V, V.
- d) V, F, F.
- e) F, F, V.

QUESTÃO 24

Sobre o Plano Real, é correto afirmar que:

- a) O Plano Real pode ser dividido em 3 fases: Ajuste fiscal prévio, Indexação completa da economia (URV) e controle da dívida interna.
- b) O Plano Real partiu de um diagnóstico de inflação de demanda, para isto adotou um conjunto de corte de despesas implementadas no Plano de Ação Imediata (PAI).
- c) Para manter o Real valorizado, nos momentos de crises externas (1995, 1997 e 1998), o governo brasileiro adotou uma baixa taxa de juros interna para incentivar o aumento da produção interna.
- d) Assim como os planos de contenção de inflação, adotados anteriormente, o Plano Real pretendia combater o processo inflacionário com a liberação comercial e a adoção de taxa de juros fixa.
- e) Para garantir a entrada de recursos externos e para manter a valorização do real, o governo brasileiro acentuou o processo de privatização das empresas estatais, promoveu elevadas taxas de juros e, quando necessário, recorreu a empréstimos externos.

QUESTÃO 25

Em 2008, os preços internacionais dos alimentos aumentaram, o preço do petróleo atingiu o recorde de US\$ 145, acarretando em pressões altistas à inflação brasileira. Diante deste cenário, o governo combateu a aceleração da inflação e buscou manter o crescimento econômico com as seguintes medidas fiscais e monetárias, **EXCETO**:

- a) Utilização dos bancos públicos para combater a redução no crédito.
- b) Corte de impostos indiretos sobre o preço do trigo e de seus derivados.
- c) Aumento na rede de proteção social e no salário mínimo, e expansão do investimento público.
- d) Realização de grandes reajustes de preços administrados como preço da energia elétrica, gasolina e transporte públicos.
- e) O Banco Central do Brasil voltou a elevar a Selic em abril de 2008, quando a taxa básica de juro subiu para 11,75% e 13,75% em setembro de 2008.

QUESTÃO 26

Considere os seguintes dados para uma economia aberta e com governo:

Produto Interno Bruto a custo de Fatores: 2.500 (u.m)

Renda Enviada ao Exterior: 500 (u.m)

Renda Recebida do Exterior: 150 (u.m)

Impostos Indiretos: 50 (u.m)

Subsídios: 10 (u.m)

Depreciação: 100 (u.m)

Com base nestas informações, O Produto Nacional Bruto a preços de mercados e o Produto Interno Líquido a preço de mercado são, respectivamente,

- a) 2.190 e 2.340.
- b) 2.190 e 2.440.
- c) 2.290 e 2.660.
- d) 2.890 e 2.290.
- e) 2.890 e 2.660 .

QUESTÃO 27

Considerando o conceito do multiplicador keynesiano da renda, é correto afirmar que:

- a) A participação do governo na economia, por meio da cobrança de impostos, não reduz o multiplicador de renda.
- b) O multiplicador de renda ressalta o papel preponderante da oferta, que possui limitações de crescimento, na determinação da renda.
- c) O multiplicador em economias, com maior propensão marginal a consumir, é maior do que em economias com maior propensão marginal a poupar.
- d) A existência da propensão marginal a importar, em uma economia aberta, torna o multiplicador maior quando comparada a uma economia fechada.
- e) Considerando uma economia fechada e sem governo, se a propensão marginal a consumir for igual a 0,4, então o valor do multiplicador será igual a 3.

QUESTÃO 28

Suponha que, em determinado ano, as seguintes transações com o exterior sejam realizadas:

- (A) Uma fábrica de automóveis alemã compra à vista uma partida de aço, produzido no Brasil, no valor FOB de 200 milhões de dólares.
- (B) Multinacionais estrangeiras, instaladas no Brasil, remetem, para seus investidores no exterior, lucros e dividendos no valor de 50 milhões de dólares.
- (C) Um banco inglês empresta 50 milhões de dólares a uma empresa brasileira.
- (D) O Brasil importa petróleo da Venezuela no valor FOB de 150 milhões de dólares pagos à vista.
- (E) O Brasil envia 20 milhões de dólares para a Síria como ajuda humanitária.
- (F) O Banco Central do Brasil autoriza o pagamento de juros a um banco americano no valor de 10 milhões de dólares.
- (G) Bancos brasileiros enviam ao exterior 25 milhões de dólares em forma de amortização de empréstimos.
- (H) Uma empresa brasileira investe o equivalente a 20 milhões de dólares na construção de uma fábrica na Argentina.
- (I) Uma empresa de turismo portuguesa realiza pagamento a uma rede de hotéis no Brasil por serviços de hospedagem de turistas no valor de 10 milhões de dólares.

Com base nestas informações, o saldo da conta transações correntes e da conta capital financeiro são, respectivamente,

- a) - 10 ; - 5.
- b) - 35 ; +20.
- c) +40 ; - 55.
- d) +90 ; + 5.
- e) +10 ; - 15.

QUESTÃO 29

Em um regime de câmbio flutuante, os seguintes fatos tendem a desvalorizar a moeda nacional, **EXCETO**:

- a) Redução das exportações.
- b) Aumento na taxa de juros básica interna.
- c) Forte entrada, no país, de capitais de curto prazo.
- d) Grande elevação nos gastos de brasileiros no exterior.
- e) Empresas multinacionais, instaladas no Brasil, remetem mais lucros aos seus acionistas no estrangeiro, em relação ao período anterior.

QUESTÃO 30

Sobre política monetária, analise os itens abaixo:

- I- As operações de mercado aberto, em que o Banco Central aumenta os meios de pagamentos pela compra de títulos públicos, provocam aumento de preço e redução da taxa de juros destes.
- II- Quanto maior for a taxa de redesconto, tudo mais constante, maior será a expansão dos meios de pagamentos.
- III- Quanto maior a proporção do papel-moeda, em poder do público sobre os meios de pagamentos, menor será o multiplicador bancário e, assim, o controle sobre os compulsórios dos bancos comerciais será menor para controlar a inflação.
- IV- Quando a expectativa inflacionária supera a meta de inflação, os instrumentos de política monetária são orientados no sentido de reduzir os meios de pagamentos e, consecutivamente, a demanda agregada.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) II e IV.

QUESTÃO 31

Uma determinada empresa comercializa seu produto ao preço de R\$ 600,00, e a função de custo total (CT) dessa empresa é dada pela expressão:

$$CT = q^3 - 12q^2 + 80q$$

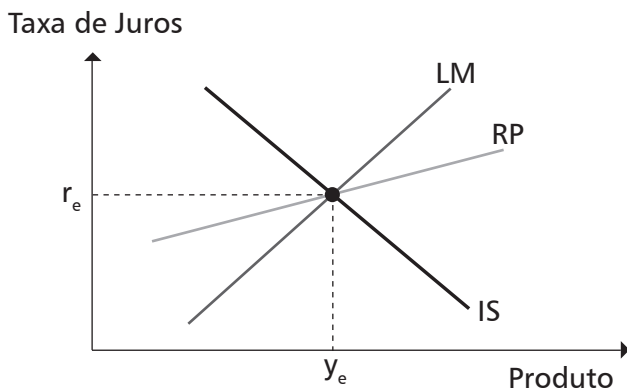
Onde: q = quantidade.

Pode-se deduzir que o custo médio de produção que maximiza o lucro é de

- a) 154.
- b) 167.
- c) 188.
- d) 200.
- e) 212.

QUESTÃO 32

O gráfico abaixo representa uma economia aberta com mobilidade imperfeita de capital, e regime de câmbio flutuante.



Dentre as afirmativas abaixo, aquela que **NÃO** representa o efeito de uma política fiscal expansionista é:

- a) A curva LM não terá alterações, uma vez que não será alterada a quantidade real de meios de pagamento.
- b) Após a política implementada, o novo ponto de equilíbrio situar-se-á com maior taxa de juros e produção na economia.
- c) O deslocamento da curva IS provocará uma apreciação da moeda doméstica que reduzirá o saldo na balança comercial.
- d) A política fiscal terá como efeito um deslocamento da curva BP para a direita, proporcionado pela alteração na conta de transações correntes.
- e) O aumento dos gastos, por exemplo, deslocará a curva IS para a direita, provocando aumento da taxa de juros e da renda, e um superávit no balanço de pagamento.

QUESTÃO 33

Sabendo-se que a equação de custo de uma empresa é:

$$CT = 0,06q^3 - 0,9q^2 + 8q + 4$$

Onde: CT = custo total;

q = quantidade produzida.

Se o preço de venda é R\$ 29,50, a produção que proporciona o lucro máximo é de

- a) 25.
- b) 30.
- c) 35.
- d) 40.
- e) 45.

QUESTÃO 34

Um consumidor tem a seguinte função de utilidade (U):

$$U = 3xy$$

Os consumos ótimos dos produtos "x" e "y", dada a restrição orçamentária:

$$60x + 30y \leq 1.000$$

São:

- a) $x = 10$; $y = 20$.
- b) $x = 15$; $y = 20$.
- c) $x = 30$; $y = 10$.
- d) $x = 40$; $y = 20$.
- e) $x = 60$; $y = 30$.

QUESTÃO 35

Uma empresa monopolista tem uma elasticidade da demanda constante de -3. A empresa tem um custo marginal constante de R\$100,00 por unidade e estabelece um preço para maximizar o lucro. Se o custo marginal aumentar 20%, o preço estabelecido pela empresa subiria em

- a) 10%.
- b) 20%.
- c) 30%.
- d) 60%.
- e) 90%.

QUESTÃO 36

O governo vem estudando a possibilidade de se criar um novo imposto para um determinado produto. Sabe-se que a elasticidade-preço da oferta deste produto é de 4,5, e a elasticidade-preço da demanda é de -0,5. Se esse novo imposto for criado, o percentual que deverá ser repassado aos consumidores será de

- a) 10%.
- b) 50%.
- c) 80%.
- d) 90%.
- e) 100%.

QUESTÃO 37

Todas as afirmativas abaixo representam características do mercado concorrência monopolística, **EXCETO**:

- a) Livre entrada e saída no mercado.
- b) Elevado número de empresas concorrentes.
- c) Os produtos nesta estrutura de mercado são diferenciados.
- d) Os lucros das empresas nesta estrutura de mercado são considerados normais.
- e) Os produtos são substitutos próximos, mas não perfeitos (elasticidade cruzada de demanda alta).

QUESTÃO 38

Considerando uma função de produção de curto prazo, em mercado de concorrência perfeita, é correto afirmar que:

- a) Quando o produto marginal é igual a zero, a empresa está minimizando seu custo de produção.
- b) Quando o produto marginal é menor do que o produto médio, o produto médio apresenta-se em trajetória crescente.
- c) Quando o produto marginal é igual ao produto médio, $PMg = PMe$, a empresa encontra-se no ponto de lucro máximo.
- d) No curto prazo, incide na lei dos rendimentos marginal decrescente, no qual o produto total se apresenta em trajetória decrescente.
- e) Quando a quantidade utilizada do insumo trabalho é grande, o produto marginal decresce em decorrência de queda na qualidade do insumo.

QUESTÃO 39

Dentre as funções de produção, relacionadas a seguir, aquela que apresenta rendimento crescente de escala é:

a) $Q = 0,5K^{0,2}L^{0,3}$

b) $Q = 2K + 3L$

c) $Q = 10K^{0,5}L^{0,5}$

d) $Q = 20K^{0,8}L^{0,4}$

e) $Q = 34K^{0,8} + L^{0,1}$

QUESTÃO 40

Um monopolista defronta-se com a curva de demanda $P = 11 - Q$, onde P é medido em reais por unidade, e Q é medido em milhares de unidades. O monopolista tem um custo médio constante de R\$6,00 por unidade. O grau de poder de monopólio da empresa, utilizando o índice de Lerner, é representado por

- a) 0,341.
- b) 0,417.
- c) 0,294.
- d) 0,250.
- e) 0,320.

Rascunho

Rascunho

IF FARROUPILHA

Concurso Público para Docentes 2016

Folha de Respostas (rascunho)

Legislação

01. A B C D E
02. A B C D E
03. A B C D E
04. A B C D E
05. A B C D E
06. A B C D E
07. A B C D E
08. A B C D E
09. A B C D E
10. A B C D E
11. A B C D E
12. A B C D E
13. A B C D E
14. A B C D E
15. A B C D E
16. A B C D E
17. A B C D E
18. A B C D E
19. A B C D E
20. A B C D E

Conhecimentos Específicos

21. A B C D E
22. A B C D E
23. A B C D E
24. A B C D E
25. A B C D E
26. A B C D E
27. A B C D E
28. A B C D E
29. A B C D E
30. A B C D E
31. A B C D E
32. A B C D E
33. A B C D E
34. A B C D E
35. A B C D E
36. A B C D E
37. A B C D E
38. A B C D E
39. A B C D E
40. A B C D E

